

CONV 450/02

WG XI 3

**NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI)
Assunto:	Síntese da reunião de 6 de Dezembro de 2002

---

**Resultados dos trabalhos**

1. Abertura pelo Presidente

O Presidente deu início à reunião constitutiva do Grupo de Trabalho, saudando os membros que o compõem.

Quanto à participação nas reuniões, o Grupo decidiu que, dada a sua numerosa composição, serão aplicadas as mesmas regras que vigoram nos outros grupos de trabalho, ou seja, só estarão presentes os membros e um único assistente, cujos dados deverão ser comunicados ao Secretariado com bastante antecedência para que o Serviço de Segurança do Parlamento receba essa informação e prepare os cartões de acesso a tempo.

2. Mandato do Grupo

O Presidente remeteu para o mandato do Grupo de Trabalho, aprovado em plenário, e expôs com mais pormenor o modo como, em seu entender, o Grupo deverá abordar os pontos que o compõem.

**Apresentação pelo Presidente**

a) O primeiro ponto diz respeito ao artigo 2.º do anteprojecto de Tratado Constitucional, que tem por objectivo definir sucintamente os valores essenciais da União. Que valores essenciais deverá esta disposição conter no domínio social, tendo em conta os já consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da UE?

O artigo 2.º do anteprojecto de Tratado Constitucional apresentado pelo Praesidium à Convenção em 28 de Outubro, que tem por objectivo definir os valores da União, enumera valores essenciais como a dignidade humana, os direitos fundamentais, a democracia, o Estado de direito, a tolerância e o respeito pelas obrigações e pelo direito internacional.

Nos actuais tratados, tanto os preâmbulos como, em particular, o artigo 2.º do TCE e os artigos 1.º e 2.º do TUE definem os valores gerais e os objectivos básicos da Comunidade e da União. Os valores aí expressos incluem o apego da União aos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e liberdades fundamentais e do Estado de direito, o apego aos direitos sociais fundamentais, o desejo de aprofundar a solidariedade, um elevado nível de emprego e de protecção social, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas e um crescimento sustentável, a igualdade entre homens e mulheres.

Existe a nível da Convenção um amplo consenso favorável à integração da Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado Constitucional, convertendo-a assim num instrumento juridicamente vinculativo. O Capítulo IV (Solidariedade), em particular, mas também o Capítulo III (Igualdade), estabelecem os valores e os direitos fundamentais no domínio social. O Grupo deverá ponderar quais os valores básicos e abrangentes nesse domínio que devem ser consagrados no Tratado Constitucional, tendo em conta que a Carta será previsivelmente integrada no Tratado.

b) O segundo ponto diz respeito ao artigo 3.º do anteprojecto de Tratado Constitucional, que visa definir os objectivos gerais da União. Em que medida, e de que forma, esses objectivos gerais deverão incluir objectivos em matéria social?

Juntamente com os objectivos económicos da União, o artigo 2.º do TCE refere que "a Comunidade tem como missão promover um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres e o aumento do nível de vida". O projecto de Tratado Constitucional inclui a promoção de um elevado nível de emprego e de protecção social entre os objectivos da União estabelecidos no seu artigo 3.º. "Um elevado nível de emprego" compreende, como uma das suas formas, o "pleno emprego". O Grupo poderá, assim, ponderar se a descrição global de um elevado nível de emprego poderia ser especificada no alvo do pleno emprego. O Presidente chamou a atenção do Grupo para a referência ao "acesso a serviços de interesse geral" feita no artigo 36.º da Carta dos Direitos Fundamentais, que o mandato indica como uma das nossas fontes de inspiração.

O artigo 136.º do TCE enumera os objectivos de política social da Comunidade: a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, uma protecção social adequada, o diálogo entre parceiros sociais, o desenvolvimento dos recursos humanos, tendo em vista um nível de emprego elevado e duradouro e a luta contra as exclusões.

O Grupo deverá ponderar quais os objectivos da União em matéria social que devem ser consagrados no Tratado Constitucional.

O Grupo deverá ponderar a pertinência de na segunda parte do Tratado (que será consagrada às políticas e conterá todas as bases jurídicas) fixar objectivos detalhados em cada um dos capítulos dedicados a cada uma das políticas, o que lhe permitiria incluir no novo artigo 3.º uma lista mais curta e mais genérica do que a do artigo 3.º do TCE. Tal seria talvez adequado à parte constitucional do novo Tratado.

c) O terceiro ponto diz respeito às competências da União: no entender do Grupo, será necessário alterar as competências actualmente conferidas à União/Comunidade no domínio social? Em caso afirmativo, que novas competências deverão ser confiadas à União/Comunidade no plano social e em que categoria de competências haverá que as inserir?

A fim de realizar os objectivos enunciados no artigo 136.º do TCE, o artigo 137.º do mesmo Tratado confere à Comunidade competência para aprovar prescrições mínimas num número restrito de domínios enumerados no Tratado:

- Melhoria do ambiente de trabalho;
- Condições de trabalho;
- Segurança social e protecção social dos trabalhadores;
- Protecção dos trabalhadores em caso de rescisão do contrato de trabalho;
- Informação e consulta dos trabalhadores;
- Representação e defesa colectiva dos interesses dos trabalhadores e das entidades patronais, incluindo a co-gestão;
- Condições de emprego dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território da Comunidade;
- Integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho;
- Igualdade entre homens e mulheres;
- Luta contra a exclusão social (aditado em Nice);
- Modernização dos sistemas de protecção social (aditado em Nice).

Os Estados-Membros podem sempre introduzir medidas mais estritas.

Trata-se de domínios de competência partilhada entre a Comunidade e os Estados-Membros.

Há determinados domínios (remunerações, direito sindical, direito de greve e direito de *lock-out*) em que a acção da Comunidade é explicitamente excluída (n.º 6 do artigo 137.º do TCE).

No ponto 3 do mandato pede-se ao Grupo que decida se é suficiente a lista restrita de domínios sociais de competência comunitária que figura no Tratado. E quanto às excepções em que é vedada a acção da Comunidade? Caso o Grupo recomende o aditamento de novas competências, deverá indicar a sua natureza – exclusiva, partilhada ou complementar.

Além disso, o TCE compreende um Título VIII consagrado ao Emprego, mas este domínio é colocado no âmbito da competência complementar, significando isto que os Estados-Membros têm competência exclusiva para legislar e a Comunidade não pode obrigá-los a alterar as suas legislações.

A Comunidade é chamada a contribuir para a realização de um elevado nível de emprego, incentivando a cooperação entre os Estados-Membros e, se necessário, completando a sua acção, devendo ser respeitadas as competências dos Estados-Membros no domínio do emprego. A Comunidade pode definir uma estratégia de emprego coordenada, que os Estados-Membros devem ter em conta nas respectivas políticas de emprego e pode também aprovar acções de incentivo destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros e a apoiar a sua acção. É excluída nesta matéria a harmonização pela Comunidade.

O Grupo deverá formular o seu ponto de vista sobre esta questão e propor, se necessário, alterações ao actual sistema em matéria de emprego.

d) O quarto ponto prende-se com o papel que poderá ser atribuído ao método aberto de coordenação e ao lugar que este método deverá ocupar no Tratado Constitucional.

Todos os membros receberam em Setembro um documento do Secretariado sobre a coordenação das políticas nacionais e o método aberto de coordenação, redigido à atenção do Grupo de Trabalho (VI) sobre a Governação Económica (WD 15 do Grupo VI).

O referido documento expõe o método e cita sectores em que tem sido aplicado, por exemplo, a luta contra a exclusão social.

Embora o Grupo VI tenha referido no seu relatório que existia uma ampla margem de apoio a que sejam consagrados no Tratado Constitucional os objectivos, procedimentos e limites fundamentais do método aberto de coordenação, tal não foi inteiramente confirmado pelo debate em plenário. Por seu turno, o Grupo (IX) sobre a Simplificação recomendou que seja conferido estatuto constitucional ao método aberto de coordenação – o que implica uma acção concertada dos Estados-Membros fora das competências atribuídas à União pelos tratados – e acrescentou que não se deve confundir este método com as competências de coordenação conferidas à União por diversas bases jurídicas, designadamente nos domínios económico e do emprego.

Em 5 de Dezembro, a Convenção debateu o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação, não se tendo registado consenso sobre esta questão por persistirem as divergências de opinião entre os membros.

Pede-se ao Grupo que pondere em que casos se poderá aplicar o método aberto de coordenação e se este método deverá ser incluído no Tratado Constitucional.

e) O quinto ponto diz respeito à relação que se poderá estabelecer entre a coordenação das políticas económicas e a coordenação das políticas sociais.

O Conselho Europeu, reunido em Barcelona, incumbiu a Comissão e o Conselho de analisar formas de simplificar os diferentes processos de coordenação económica e social, por forma a permitir aos futuros Conselhos Europeus da Primavera rever, e se necessário ajustar, as políticas económicas, sociais e ambientais no seu conjunto. O Presidente recordou que só esta semana os Ministros das Finanças aprovaram propostas que prevêem uma melhor coordenação dos trabalhos de preparação do Conselho Europeu da Primavera, com base num "pacote" único da Comissão em que são formuladas recomendações sobre as OGPE e as Orientações para o Emprego.

A questão que se coloca ao Grupo consiste em saber se pode, e deve, fazer-se algo mais para aumentar a coerência da coordenação entre as políticas económicas e as políticas sociais. As reformas feitas até à data virão certamente melhorar a coordenação entre as diferentes políticas, mas a preparação, tanto no quadro da Comissão como no do Conselho, ainda é compartimentada. Há outras alterações estruturais que o Grupo possa recomendar para se ir mais longe? Deveria ser feita uma fusão dos próprios processos? (por exemplo, as OGPE deveriam ter em conta os objectivos sociais de forma mais explícita? Em caso afirmativo, de que modo?).

f) O sexto ponto diz respeito aos procedimentos: em que medida a co-decisão e a votação por maioria qualificada deverão ser alargadas a matérias relativamente às quais se exige actualmente unanimidade?

O Presidente recordou as matérias em que a Comunidade pode aprovar prescrições mínimas (ver alínea c) *supra*). Nestas matérias, o Conselho actua aprovando directivas em co-decisão, e portanto por VMQ, com excepção de quatro domínios nos quais tem de decidir por unanimidade:

- Segurança social e protecção social dos trabalhadores;
- Protecção dos trabalhadores em caso de rescisão do contrato de trabalho;
- Representação e defesa colectiva dos interesses dos trabalhadores e das entidades patronais, incluindo a co-gestão;
- Condições de emprego dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território da Comunidade.

Não obstante, o Tratado de Nice abriu a possibilidade de o Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta da Comissão e após consulta do PE, decidir tornar a co-decisão aplicável a estes domínios, com excepção do da segurança social e protecção social dos trabalhadores, que continua portanto submetido à decisão por unanimidade.

Pede-se ao Grupo que dê a sua opinião sobre as matérias em que se aplica a unanimidade, na perspectiva do novo Tratado Constitucional: a possibilidade aberta em Nice é suficiente, cabendo ao Conselho decidir marcar o ritmo para a co-decisão, ou deverá o Tratado Constitucional prever a co-decisão nessas matérias?

g) O sétimo e último ponto diz respeito ao papel dos parceiros sociais. O Título VI do anteprojecto de Tratado Constitucional trata da vida democrática da União. Deverá o papel dos parceiros sociais ser incluído nesse Título VI e, em caso afirmativo, qual deverá ser esse papel?

Os actuais tratados atribuem aos parceiros sociais um papel específico em matéria social. Em especial,

- o artigo 138.º compreende uma disposição genérica sobre a consulta dos parceiros sociais e impõe à Comissão a obrigação de os consultar antes de apresentar propostas no domínio da política social;
- o artigo 137.º prevê a possibilidade de os Estados-Membros confiarem aos parceiros sociais a execução de determinadas directivas em matéria social;
- o artigo 139.º prevê a possibilidade do estabelecimento de relações contratuais, incluindo acordos, entre a Comunidade e os parceiros sociais. Cada um dos acordos-quadro entre os parceiros sociais no âmbito do artigo 139.º do TCE pode conduzir à aprovação, pelo Conselho, de directivas que reproduzem literalmente o acordo em causa. Citem-se, a título de exemplo, as Directivas "licença parental" (1996), "trabalho a tempo parcial" (1997) e "trabalho a termo" (1999).

Para além destas disposições específicas do Tratado, reconhece-se agora que os parceiros sociais têm um importante papel a desempenhar no "processo de Lisboa", o que se traduz na realização de "cimeiras sociais" periódicas imediatamente antes dos Conselhos Europeus da Primavera, proporcionando aos parceiros sociais a oportunidade de exprimirem os seus pontos de vista sobre os pontos da ordem de trabalhos do Conselho Europeu.

O ponto 7 do mandato é bastante mais vasto do que estes dois aspectos: o Grupo tem de decidir se o Tratado Constitucional deverá incluir alguma referência aos parceiros sociais. Atendendo à natureza do referido tratado, o Presidente sugeriu que o Grupo pondere se os interesses dos parceiros sociais abrangem uma gama de políticas suficientemente ampla para justificar essa referência. Será necessária uma definição mais clara de "parceiros sociais"? Essa mesma referência deverá ser genérica (ou seja, o pressuposto de que os parceiros sociais participam quando estejam em causa os seus interesses) ou mais pormenorizada (isto é, a obrigação de consultar os parceiros sociais em domínios políticos específicos – tendo em conta a necessidade de maior flexibilidade no novo Tratado)? Deverão alguns dos mecanismos de consulta existentes, em particular a "cimeira social", ser incluídos no Tratado? Em caso afirmativo, na primeira parte ou na segunda?

### 3. Audições

O Presidente propôs que se convidem peritos para serem ouvidos pelo Grupo. Sugeriu um convite à Comissária Anna DIAMANTOPOULOU e pediu aos membros do Grupo que comuniquem ao Secretariado outros nomes de pessoas que em seu entender poderiam ser também convidadas, tendo em conta que só haverá tempo para, no máximo, quatro audições.

### 4. Calendário

Foi distribuído ao Grupo o projecto de calendário elaborado pelo Presidente e pelo Secretariado e que, no entender do Presidente, permitirá ao Grupo cumprir o prazo estipulado (o relatório terá de ser apresentado no plenário da Convenção de 6 e 7 de Fevereiro). O Grupo concordou com o calendário proposto.

O Presidente recordou que o Grupo terá de trabalhar intensivamente, pois deverá apresentar o seu relatório antes de a Convenção analisar os projectos de articulado relevantes para o Tratado Constitucional, análise essa que, no entender do Praesidium, deverá ser iniciada no princípio de 2003.

#### 5. Ordem do dia das próximas reuniões

Para a próxima reunião, o Presidente pediu aos membros do Grupo que enviassem as suas primeiras observações escritas sobre os pontos 1, 2 e 3 até às 12h00 do dia 10 de Dezembro, para permitir o debate na reunião de 11 de Dezembro. Por se dispor de um prazo tão curto, sugeriu que os membros enviassem até 18 de Dezembro outras observações escritas sobre os pontos debatidos na reunião de 11 de Dezembro; o Secretariado poderia assim redigir um "pré-projecto de relatório" sobre os três primeiros pontos do mandato, deixando os restantes em aberto com vista à reunião de 10 de Janeiro.

O Presidente propôs um programa de trabalho para as reuniões seguintes. Assim, após a reunião de 11 de Dezembro, pedir-se-ia aos membros que enviassem as suas observações escritas sobre os pontos 4, 5, 6 e 7 até 6 de Janeiro, para que estes pudessem ser debatidos na reunião de 10 de Janeiro. Depois desta reunião, o Presidente pediria ao Secretariado que preparasse até 17 de Janeiro um projecto de relatório sobre o qual o Grupo poderia trabalhar nas duas últimas reuniões (21-22 e 27 de Janeiro).

O Grupo concordou com a organização dos trabalhos proposta pelo Presidente.

---